Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 4 de junho de 2024
Ano CVII ● Número 29.622
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



O RIO E SUA COMPETITIVIDADE

Renúncia fiscal não trouxe resultados brilhantes em emprego e indústria.
Por Ranulfo Vidigal, **página 2**



DESONERAÇÃO: MAIS DEMISSÕES

Número de contribuintes caiu, na contramão das demais empresas.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**



AGENDA PARA MULHERES

Combate ao assédio sexual nos estádios é crucial para as mulheres.
Por Mauricio Bove, **página 4**

Alckmin assina acordo inédito na Arábia Saudita

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, visita a Arábia Saudita e a China com delegação de ministros e empresários nos próximos dias. O vice-presidente embarcou no sábado com o objetivo fortalecer laços, estabelecer cooperação e abrir mercados para produtos brasileiros, segundo nota divulgada pelo governo.

Alckmin, e o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, assinaram, nesta segunda-feira, em Riade, capital da Arábia Saudita, acordo de protocolo de intenções com a maior varejista do Oriente Médio, o Lulu Hypermarket. Viabilizado por meio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), o protocolo busca a promoção comercial de até 200 produtos brasileiros no mercado saudita, uma iniciativa inédita, segundo o Palácio do Planalto.

"Estamos aqui dando continuidade ao trabalho iniciado pelo presidente Lula, que esteve aqui no final do ano passado", afirmou Alckmin. "Para aumentar investimentos e vender nossos produtos, por meio de mais parcerias com a Arábia Saudita, uma das economias mais dinâmicas do mundo, contamos com apoio da Apex".

O presidente da Apex, Jorge Viana, explicou que "em novembro, por meio do Brasil na Vitrine, os produtos do nosso país estarão aqui por uma semana, não só em Riade, mas em toda a Arábia Saudita". Como Alckmin, ele destacou que este já é um passo adiante após a visita de Lula em 2023 e que a parceria com a rede Lulu dá um sentido prático aos esforços que Brasil e Arábia Saudita têm empreendido para aprimorar ainda mais a relação comercial que mantêm.

O Lulu selecionará os produtos e também se encarregará do processo de compra e de logística de importação para Arábia Saudita, uma demonstração do apelo dos produtos brasileiros no país do Oriente Médio. A rede, que já conta com 60 lojas espalhadas pelo território saudita, além de outras 260 na região do Golfo Pérsico, deve abrir outras 100 unidades até 2030.

Na China, o foco principal é reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), instrumento de negociação entre Brasil e China que completa 20 anos.

Gustavo Mansur/Palacio Piratini



Infraestrutura no Brasil foi projetada nos anos 40 e parou nos 80

Especialista defende plano federal para o País

O Brasil precisa desenvolver um plano nacional para redimensionar a infraestrutura das cidades e evitar o impacto dos eventos climáticos extremos. A opinião é do engenheiro Gerardo Portela, doutor em Gerenciamento de Riscos e Segurança pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Engenharia de Segurança pela San José State University, nos EUA.

Segundo o pesquisador, a infraestrutura do país foi projetada na década de 1940 e dimensionada para atender o crescimento das cidades até os anos 1980. Sem uma evolução contínua, as estradas, as redes de drenagem, as moradias e os sistemas de contenção estão defasados para enfrentar "uma chuva normal". Menos ainda para resistir a uma tempestade como a que destruiu o Rio Grande do Sul neste mês.

Em entrevista à Agência Senado, Portela comentou que a "percepção de risco no Brasil não é algo muito desenvolvido culturalmente. Nossa cultura de segurança ainda é muito primitiva. Isso é diferente, por exemplo, do que acontece no Japão, na Europa, nos EUA".

Segundo o engenheiro, o Brasil precisa de um plano de âmbito nacional, capitaneado pelo Governo Federal, de redimensionamento da infraestrutura do país. Vai desde a infraestrutura urbana de água e esgoto, drenagem e tratamento de rios a modais de transporte, moradia e estradas.

"As cidades cresceram, e essa infraestrutura não foi ampliada. Como não houve uma evolução contínua, a infraestrutura já tem dificuldade de se comportar bem numa chuva normal. Quando vem a tempestade, o impacto é muito grande", explica.

Portela complementa: "Nós deveríamos gastar em grandes obras. Temos estradas e drenagens que precisam ser ampliadas, grandes massas populacionais sem moradia que vão ocupando áreas de encostas."

Milei corta alimentos para restaurantes populares e abre mais uma crise

O governo de Javier Milei tem sido acusado na Argentina de não distribuir alimentos para os restaurantes populares (conhecidos como comedores) deixando os produtos chegarem próximo à data de vencimento. O caso abriu uma crise política que levou à demissão do secretário de Crianças e Adolescentes do Ministério do Capital Humano, Pablo De la Torre, apontado como responsável pela distribuição dos mantimentos.

No sábado, duas decisões judiciais – em Buenos Aires e em Tucuman – determinaram que a polícia invadisse armazéns, já que a ministra do Capital Humano, Sandra Pettovello, se recusou a fornecer à justiça informações detalhadas sobre os alimentos armazenados, além de implementar um plano para sua distribuição "imediata".

Nesta segunda-feira, o Ministério informou que iniciaria a distribuição, recorrendo a um convênio com a Fundação Conin, comandada pelo controvertido Abel Albino, descrito pelo jornal *Página12* como "médico obscurantista que recomenda a virgindade da mulher como método para evitar o aborto".

Em nota, o ministério de Pettovello afirmou que foi aberta auditoria para investigar o caso dos alimentos próximos do vencimento e culpou funcionários por "não ter realizado um controle permanente de estoque e vencimento de mercadorias".

A crise política tem início com a falta de repasses para os restaurantes populares comunitários. Nos últimos dias, ao menos 32 deles anunciaram o fim da distribuição de alimentos por falta de repasses do governo. Estima-se que os restaurantes fechados alimentavam mais de 8 mil pessoas em situação de pobreza em Buenos Aires.

Falha na Bolsa de Nova York: Buffett perdeu tudo?

A Bolsa de Valores de Nova York (Nyse) atravessou momentos turbulentos nesta segunda-feira, após problemas técnicos terem provocado oscilações nas ações da Berkshire Hathaway e da Barrick Gold. Segundo a agência de notícias Reuters, ao menos 60 ações tiveram suas negociações interrompidas devido à volatilidade e alguns papéis apresentaram movimentos excessivamente incomuns.

A falha levou a Bolsa a apresentar queda de 99,97% nas ações da Berkshire, o que levou alguns operadores a ironizar se Warren Buffett – principal investidor da empresa de participações – tinha ficado pobre.

Quarenta empresas foram afetadas pelo problema. A Bolsa de Nova York informou que a falha técnica foi corrigida no final da manhã, e as negociações foram retomadas.

Como resultado, o Dow Jones Industrial Average, um dos principais índices da Nyse, caiu 115,29 pontos (0,3%), para 38.571,03, em movimento oposto ao do índice S&P 500, que somou 5,89 pontos (0,11%), para 5.283,40 pontos. O Índice Composto Nasdaq, da bolsa eletrônica, aumentou 93,65 pontos (0,56%), para 16.828,67.

De acordo com o comunicado, os problemas decorreram das faixas de preços publicadas pela Consolidated Tape Association, a organização usada pelas principais bolsas para fornecer conjuntamente cotações de ações em tempo real.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2255
Dólar Turismo	R$ 5,4410
Euro	R$ 5,6897
Iuan	R$ 0,7248
Ouro (gr)	R$ 394,32

ÍNDICES

IGP-M	0,31% (abril)
	-0,47% (março)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

O Rio e sua competitividade

Por Ranulfo Vidigal

Embora sejamos a oitava economia do planeta, ainda figuramos no mapa das economias periféricas e dependentes tecnologicamente, dado que nos concentramos nas exportações de matérias-primas alimentares e, mais recentemente, petróleo bruto.

Nesse ambiente, o discurso da competitividade local, regional e nacional ganha força na definição das políticas públicas. Envolvidas nessa temática, as cidades buscam atrair novas plantas industriais e de serviços, como forma de ancorar o desenvolvimento de suas forças produtivas, nestes tempos de mobilidade plena de capitais, ao redor do planeta.

As municipalidades organizam seus planejamentos estratégicos, não perdendo de vista que o comando do processo de escolha dos locais contemplados – o que se realiza em escala completamente fora do poder local das pequenas e médias burguesias industriais e imobiliárias – aquelas que dominam o território e suas vantagens comparativas.

Nesse contexto, os lugares e seus atributos, tais como infraestrutura energética, ambiental e logística, bem como a oferta de força de trabalho qualificada, tributação e isenções fiscais contam muito nessa "guerra de lugares" pela atratividade de negócios rentáveis economicamente e geradores de vagas formais de emprego.

> Renúncia fiscal não trouxe resultados brilhantes em emprego e indústria

Nossa federação é marcada pelo predomínio do poderio econômico. Isso leva a uma concentração das forças produtivas e de estrutura tributária. A União detém 55% dos impostos e taxas, contra apenas 20% para os 5.570 municípios.

Na comparação estadual, por exemplo, 27 unidades detêm 35% dos impostos com destaque para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Aliás, a diferenciação do custo tributário é elemento central na atração de empresas, bem como na presença agências de fomento capazes de financiar, com taxas de juros atrativas, o capital de giro, o financiamento de equipamentos, infraestrutura e as obras físicas. Outro fator chave é a redução substantiva do custo de aquisição da energia do processo produtivo. Não esqueçamos que o Rio possui 16 milhões de consumidores – um ativo!

O estado é importante produtor de petróleo e gás. Aliás, neste momento, a Comissão de Energia da Câmara dos Deputados analisa projeto de lei buscando garantir para União, estados e municípios uma fatia maior da renda diferencial do petróleo (diferença entre custo de extração e preços de mercado), ao propor a redução da defasagem dos preços de referência usados na definição da fatia dos royalties da rica produção do ouro negro.

Por falar em recursos orçamentários, estudos realizados pelo pesquisador Leandro Bruno Santos, da UFF, indicam um incremento substancial de renúncia fiscal, nas últimas décadas, na segunda unidade econômica do país, com destaque para projetos na Região Metropolitana e Médio Vale Paraíba, mas sem resultados brilhantes na geração de empregos industriais, ou Valor Adicionado Industrial. Uma questão controversa!

Ranulfo Vidigal é economista.

Tributar apostas com 'imposto do pecado' pode aumentar evasão fiscal?

Por AIGAMING

Foi proposta ao Ministério da Fazenda a taxação das empresas de apostas com o "imposto do pecado". O deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) indicou, em uma audiência pública sobre a reforma tributária na Câmara, a inclusão dos jogos de azar eletrônicos no imposto seletivo. O tributo foi criado para desestimular o consumo de produtos danosos à saúde e ao meio ambiente.

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou que, antes da inclusão, uma estimativa de impacto deve ser realizada e pontuou a necessidade de calibração da alíquota, para que a taxação não gere o efeito de levar o setor para a ilegalidade. Appy disse que irá consultar a SPA (Secretaria de Prêmios e Apostas) para levantar dados e discutir a proposta com o Parlamento.

Entretanto, embora a intenção por trás da medida seja até certo ponto compreensível, tributar o mercado das apostas sem antes consolidar a regulamentação adequada do setor apresenta potenciais riscos de fomentar a informalidade e a evasão fiscal. E isso, de acordo com os especialistas, pode comprometer a eficácia de uma arrecadação tributária bilionária no Brasil.

Primeiramente, é essencial considerar que o setor de jogos e apostas ainda não é devidamente regulado e tributado no país. Essa regulamentação é uma medida complexa que envolve diversos fatores econômicos e sociais. Para se ter uma ideia do tamanho desse desafio, o país conta com mais de 130 operadores buscando licenças e uma arrecadação projetada de US$ 3 bilhões até 2028.

Atualmente, o setor de jogos no Brasil opera em grande parte de maneira informal ou no que se conhece como "grey market" (mercado cinza). A expectativa é de que, com a regulamentação, aproximadamente 80% das apostas sejam canalizadas através de plataformas reguladas e fiscalizadas pelo Ministério da Fazenda. No entanto, de acordo com estimativas internacionais, cerca de 20% das apostas podem continuar operando fora dessa regulamentação.

A tabela abaixo mostra como é a canalização das apostas em mercados regulados:

País	TAX-RATE	Canalização	Margem não tributada	TAX REVENUE / TOTAL GGR
Reino Unido	15%	95%	5%	14%
Dinamarca	20%	88%	12%	18%
Itália	20%	80%	20%	16%
Espanha	25%	70%	30%	18%
Portugal	41%	52%	48%	21%
França	45%	52%	48%	24%

É nítido perceber que, quanto maior a taxação/tributação, menor é a canalização. Ou seja, caso o Brasil opte por aumentar a taxação, vai jogar mais apostadores na clandestinidade.

Apesar de ter uma tributação aparentemente razoável, na faixa de 12% do GGR, os demais impostos regulares podem aplicar uma taxação real de 30% das operações, incluindo-se IRPJ, CSSL, ISS, PIS/COFINS, sem contar com o imposto do pecado.

Dessa forma, a questão que fica é: Seria prudente modificar a carga tributária antes de observar os resultados práticos do primeiro ano de regulamentação? A resposta correta, para evitar efeitos adversos, parece estar na prudência. Isso porque aumentar os impostos sobre jogos e apostas prematuramente pode resultar em uma diminuição da canalização para o mercado regulado, aumentando a evasão fiscal e a informalidade.

As experiências internacionais demonstram que um aumento excessivo da tributação sobre jogos pode levar a uma migração de apostadores para plataformas não reguladas. Isso reduz a arrecadação potencial do governo e pode até promover o crescimento de mercados paralelos, dificultando ainda mais a fiscalização e o controle.

Pensando nisso, recomenda-se que o governo espere pelo menos um ano após a implementação inicial da tributação no setor de jogos antes de considerar ajustes fiscais. Esse período permitirá uma avaliação precisa de:

– A Efetividade da Canalização: Observando quanto das apostas estão realmente sendo canalizadas para plataformas regulamentadas.

– A Arrecadação Fiscal Real: Comparando as estimativas de arrecadação com os valores efetivamente coletados.

– O Comportamento do Mercado: Analisando se há migração significativa de apostadores para o mercado cinza.

Portanto, é prudente esperar pela janela do primeiro ano de tributação para avaliar adequadamente os impactos da regulamentação. Qualquer ajuste prematuro na carga tributária pode contrariar os objetivos pretendidos, reduzindo a arrecadação e aumentando a informalidade. O período de observação inicial será crucial para fazer ajustes baseados em dados concretos e não apenas em estimativas ou pressões de mercado.

AIGAMING é uma Associação Internacional de Operadores e Intermediadores Licenciados de Jogos Online.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas







Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Desoneração da folha: empresas demitiram mais

O estudo "Os setores que mais (des)empregam no Brasil", de autoria de Marcos Hecksher, coordenador do Diset/Ipea, expõe possíveis efeitos das desonerações da folha de pagamentos. Não são nada animadores. Os setores beneficiados, além de não serem os maiores empregadores, reduziram – entre 2012 e 2022 – sua participação na população ocupada (de 20,1% para 18,9%), entre os ocupados com contribuição previdenciária (de 17,9% para 16,2%) e entre os empregados com carteira assinada do setor privado (de 22,4% para 19,7%).

"Enquanto os outros setores ampliaram seus contribuintes em 14,5% (6,7 milhões de trabalhadores), os desonerados diminuíram em 0,2% (perda de 18 mil). Enquanto empresas privadas de outros setores expandiram em 6,3% seus empregos com carteira (+1,7 milhão), as desoneradas encolheram os seus em 13% (-960 mil)", afirma o estudo, publicado no Boletim Radar 73, de agosto do ano passado.

"Uma desoneração pode ser benéfica, por exemplo, para estimular a economia em um momento de crise, mas, em geral, qualquer redução de tributos precisa ser compensada com um aumento da tributação em outro lugar, ou com um corte de despesas públicas. Caso contrário, a receita perdida deve elevar o déficit público, que precisará ser coberto com aumento da dívida pública ou tenderá a pressionar a inflação", explicou Hecksher ao Ipea.

"É possível que a destruição de empregos nos setores beneficiados tivesse sido ainda maior caso não houvesse desoneração, mas bons estudos que simularam esse cenário contrafactual encontraram benefício muito pequeno, em número de empregos, se comparado ao custo da arrecadação perdida", explicou. "Mesmo que uma instituição não contrate ninguém, ela pode pagar menos contribuição previdenciária por todos os seus funcionários. Esse modelo não funciona bem hoje e deveria ser revisto", concluiu.

Ingratas

São fartas as críticas da mídia tradicional ao ex-ministro Guido Mantega e sua suposta "nova matriz econômica".

Igualmente abundante é a defesa da desoneração da folha de pagamentos (que tem a mídia entre os setores beneficiados). Só não dizem que foi Mantega quem instituiu a desoneração.

Rápidas

A ABPI fará pela primeira vez o seu tradicional Congresso Internacional da Propriedade Intelectual em Pernambuco. A 44ª edição do evento será em Porto de Galinhas, 12 e 13 de agosto *** A Casa de Saúde Saint Roman – referência em tratamento de transtornos mentais e dependência química, localizada em Santa Teresa – completa, em 19 de junho, 55 anos *** Primeiro museu e primeira instituição científica do Brasil, o Museu Nacional/UFRJ vai celebrar seus 206 anos com programação educativa e cultural no domingo *** A Rio2C, evento de inovação e criatividade, movimenta a capital carioca esta semana. A startup Lumx, representada pela sua COO, Antonia Souza, falará no painel sobre "Tokenização além do NFT" na quinta-feira, 14h *** A Federação Única dos Petroleiros (FUP) realizará junto com Dieese e Instituto Clima e Sociedade (iCS) seminário sobre a transição energética no setor do petróleo, nesta quarta-feira, no Windsor Florida Hotel, Rio de Janeiro.

Governo é contra privatizar praias

União também detém a propriedade de margens de rios e lagoas

O governo é contra a proposta que permite a privatização de áreas de acesso às praias brasileiras e vai trabalhar para suprimir esse trecho no projeto que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A informação é do ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ao afirmar, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto nesta segunda-feira, que "do jeito que está a proposta, o governo é contrário a ela", disse.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que transfere a propriedade dos terrenos do litoral brasileiro do domínio da Marinha para estados, municípios e proprietários privados voltou a ser discutida no último dia 27 de maio, em audiência pública no Senado. Aprovado em fevereiro de 2022 na Câmara dos Deputados, a PEC estava parada na CCJ do Senado desde agosto de 2023.

Visibilidade

"O governo é contrário a esse programa de privatização das praias brasileiras que vai cercear o acesso da população brasileira às praias e criar verdadeiros espaços privados, fechados. Vamos trabalhar contrário na CCJ, tem muito tempo ainda para discutir na CCJ, vamos explicitar", reforçou. "Acho que a sociedade pode participar ativamente, vai participar ativamente. Foi feita a audiência pública que, de uma certa forma, teve uma coisa positiva que deu visibilidade ao tema. Teve até Luana Piovani e Neymar discutindo sobre isso", acrescentou Padilha.

Nos últimos dias, repercutiu nas redes sociais o debate em torno do tema, com posicionamentos da atriz Luana Piovani contra a medida e do jogador de futebol Neymar Júnior a favor da PEC. Sob relatoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a PEC gera divergências.

Organizações ambientalistas alertam que a aprovação da proposta pode comprometer a biodiversidade do litoral brasileiro, enquanto o relator defende que a mudança é necessária para regularizar as propriedades localizadas nos terrenos da Marinha e que as áreas geram prejuízos aos municípios.

Segundo a Agência Brasil, a PEC exclui o inciso VII do artigo 20 da Constituição, que afirma que os terrenos de Marinha são de propriedade da União, transferindo gratuitamente para os estados e municípios "as áreas afetadas ao serviço público estadual e municipal, inclusive as destinadas à utilização por concessionárias e permissionárias de serviços públicos". Além das praias, a União detém a propriedade de margens de rios e lagoas onde há a influência das marés.

Para os proprietários privados, o texto prevê a transferência mediante pagamento para aqueles inscritos regularmente "no órgão de gestão do patrimônio da União até a data de publicação" da emenda à Constituição. Além disso, autoriza a transferência da propriedade para ocupantes "não inscritos", "desde que a ocupação tenha ocorrido pelo menos cinco anos antes da data de publicação" da PEC. Ainda segundo o relatório do senador, permanecem como propriedade da União as áreas hoje usadas pelo serviço público federal, as unidades ambientais federais e as áreas ainda não ocupadas.

No Rio de Janeiro, no início dos anos 70, houve uma tentativa de privatização da praia do Vidigal, na avenida Niemeyer, quando foi construído o Hotel Sheraton, que limitou o acesso popular, permitindo apenas para os seus hóspedes. Pressionada, a Prefeitura derrubou a decisão, liberando os pouco mais de 300 metros de praia aos moradodres do Vidigal.

Cancelamento unilateral de contratos coletivos de planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado promove audiência pública nesta terça-feira sobre o cancelamento unilateral de contratos coletivos de planos de saúde. O debate deve buscar soluções para o problema, especialmente no caso de pessoas vulneráveis, com doenças raras e crianças autistas. A reunião está marcada para as 10h.

A audiência pública foi sugerida pelo presidente da CAS, senador Humberto Costa (PT-PE), e pelos senadores Damares Alves (Republicanos-DF), Flávio Arns (PSB-PR), Soraya Thronicke (Podemos-MS) e Zenaide Maia (PSD-RN). Nos requerimentos, os parlamentares destacam que diversas operadoras de planos de saúde estão cancelando milhares de contratos coletivos por adesão.

"Em notificações enviadas aos consumidores, as operadoras alegam que esses contratos têm gerado prejuízos acumulados, resultando em altos índices de reajustes que não foram suficientes para reverter a situação. O cancelamento dos planos tem gerado campanhas nas redes sociais, queixas em órgãos de defesa do consumidor e na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) e busca por escritórios de advocacia para o ingresso de ações judiciais", assinalam os senadores Humberto Costa, Damares Alves e Zenaide Maia em um dos requerimentos.

Segundo a Agência Senado, o debate deve contar com representantes das seguintes instituições: Agência Nacional de Saúde Suplementar; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Direito do Consumidor; Federação Nacional de Saúde Suplementar; Associação Brasileira de Planos de Saúde; Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde; Comissão Permanente da Pessoa com Deficiência da Câmara Municipal de Recife (PE); Associação Vítimas a Mil; Defensoria Pública da União; e União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde no Distrito Federal.

Como participar O evento será interativo: os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e-Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo.

É a vez das mulheres!

Nesta quinta-feira (6), acontecerá o TEDxNiterói - "Além do Sorriso Dela", terceira edição na cidade (as duas anteriores aconteceram em 2018 e 2019), sendo a primeira edição do evento com público palestrante 100% feminino.

Derivado do TED, uma organização sem fins lucrativos, original da Califórnia, criada em 1984 e dedicada às ideias que merecem ser espalhadas, o programa chamado TEDx, que ganha X por ser organizado de maneira independente, é formado por uma série de eventos locais, através de uma licença, reunindo pessoas para dividir uma experiência ao estilo TED, com vídeos de TED Talks e palestras ao vivo combinados para acender uma discussão profunda e conexões entre os espectadores.

O objetivo do TEDxNiterói é apresentar mulheres que compartilharão suas experiências e ideias que desafiam convenções. Cada palestrante trará sua história, revelando como se tornou referência em seus campos de atuação. A partir de temáticas distintas, as palestrantes do TEDxNiterói trarão perspectivas diversificadas, unindo-se para desvendar o potencial das mulheres e suas contribuições para a sociedade.

"Entendemos que este era um movimento necessário, para dar voz e abertura ao público feminino. O nome Além do Sorriso Dela faz, claro, uma alusão a Niterói, mas também dá luz para que todas as presentes possam mostrar o que há por trás da história de cada uma. Nossa ideia é que quem estiver por lá, saia diferente, que aprenda algo bom ao final do dia", explica Rafael Romanhol, que, ao lado de Éder Monteiro, organiza o TEDxNiterói - Além do Sorriso Dela, e possui mais de 20 anos de experiência em desenvolvimento de pessoas, atuando no mundo corporativo, além das áreas de educação e de empreendedorismo social.

Realizado na Sala Nelson Pereira dos Santos, das 14h às 20h, com 11 palestras confirmadas e mescladas com atrações artísticas, o evento tem nomes confirmados como da atriz Cláudia Ohana, das jornalistas Silvana Ramiro e Leila Sterenberg, e da estilista anticapacitista Silvana Louro, além da ex-BBB Fernanda Bande.

"A proposta central do evento é compartilhar boas ideias com o mundo, vindo da forte crença de que ideias mudam tudo. Através de palestras curtas, objetivas e embasadas pela metodologia TED de falar em público, com talks diretos, tem-se o propósito de compartilhar, transmitir essas ideias, que ajudem o ser humano a enxergar determinado tema por uma perspectiva diferente", esclarece Romanhol.

A organização estima público presencial de 300 pessoas, além de contar com transmissão online ao vivo. Os ingressos estão sendo vendidos através do site Sympla.

SEU DIREITO

Agenda para mulheres

Por Mauricio Bove

É imprescindível combater o assédio sexual em todas as esferas e criar programas de treinamento que estabeleçam iniciativas de prevenção, detecção e respostas imediatas contra crimes, como a lei de combate ao assédio em estádios de futebol, recentemente aprovada pela Câmara Municipal do Rio.

A lei, que prevê ainda a divulgação obrigatória de informações nos estádios, com instruções para as vítimas, e o treinamento de funcionários para poder agir em casos de assédio, é mais um passo adiante para assegurar a defesa dos direitos e a prevenção de crimes contra a mulher, e um avanço no cumprimento de metas ESG, a agenda de responsabilidades que, cada vez mais, necessita de ações efetivas e menos promessas.

No Rio de Janeiro, o total de casos de violência contra mulheres praticamente dobrou nos últimos quatro anos, de acordo com dados do relatório "Elas Vivem: liberdade de ser e viver', da Rede de Observatórios da Segurança, que atuou no monitoramento dos números sobre violência contra mulheres entre 2020 e 2023, em nove estados brasileiros.

Não se conhecem levantamentos atuais sobre casos de assédio em eventos esportivos. Contudo, é possível projetar um cenário com base em pesquisas que indicam o número de processos por assédio sexual contra mulheres no trabalho. Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) registram um aumento de 14% nos últimos três anos, contabilizando 24 mil processos no país. As vítimas são, na maioria, mulheres. Do total de processos registrados, 72% são do público feminino. A faixa etária fica principalmente entre 18 e 29 anos (42,5%), seguida por mulheres com idades entre 30 e 49 anos (32%).

Em 2022, o Congresso Nacional aprovou o projeto de Lei 2448/22, que insere no Estatuto do Torcedor regras e medidas de proteção contra assédio nos estádios de futebol do Brasil. A lei também vale para eventos esportivos realizados em ginásios e outros locais. A lei municipal, agora, tem a possibilidade de amplificar a força dessa proteção.

Ter o amparo legal para fazer denúncias é essencial. E a adoção das boas práticas de governança, com foco em práticas sociais do quesito ESG, merece ser celebrada.

Mauricio Bove

é líder da área de Compliance, sócio do escritório LP LAW Advogados.

CL RJ 021 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 46.444.283/0001-61 / NIRE 33.3. 0034392-0
CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, Venda Velha, Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.581-325, no próximo dia 10 de junho de 2024, às 11 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (a) relatórios e contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São João de Meriti, 03 de junho de 2024. Arthur Antonio Sendas Filho – Diretor Presidente.

EDITAL PARA CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVA DE CONSUMO.

O presente Edital convida vendedores, gestores, representantes e propagandistas de qualquer ramo econômico que laborem no Estado do Rio de Janeiro, para participar de reunião pré-constituição de cooperativa de consumo a ser realizada no dia 15 de junho de 2024, na Rua Coronel Pimenta 40/104 - Centro, Itaperuna - RJ, 28300-000, com início às 10:00h em primeira chamada, 11:00h em segunda chamada e as 12:00 em terceira e última chamada. Os interessados deverão levar documentação pessoal necessária em conformidade com a Lei 5.764/71, Lei 10.406/02 e Lei nº 8.934/94, quando no ato da fundação haverá formação de chapas, candidatura, eleição e posse para o primeiro mandato.

Luiz Cláudio Pereira – OAB/RJ 254.874.
Presidente da Comissão pré-fundação. 04 de junho de 2024.

SINDICATO COND AUT DE VEICULOS ROD DA ZONA NORTE DO RJ
CNPJ N. 30.132.823/0001-31 - EDITAL PARA A.G.E 2024

O Diretor Presidente do sindicato acima em epigrafe, convoca todos os associados no gozo de seus direitos/deveres, à participarem da A.G.E, será REALIZADA em: 26 e 27.06.2024, mantendo até lá, seus atuais membros., Local Rua Dr. Celestino n° 48 - Centro/Niterói RJ(sede). CONVOCAÇÕES: Em 1ª. às 09:00 C/Mínimo de 2/3; e em 2ª.(e última) às 09:30 C/Mínimo de 10 dos seus associados. Ordem do dia: 1-ELEIÇÕES SINDICAIS para: 1.Diretoria, 2.Conselho Fiscal e 3.Delegados Representantes. OBS: Os registros das chapas deverão serem apresentados na Secretaria do Sindicato, das 10:00 às 16:00 horas, no período de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste EDITAL. Niterói-RJ,03.06.2024.

Diretor Presidente: CELSO JOSÉ WERMELINGER
e MAIQUE CASTRO CRCRJ.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024 DA COOPROPE COOPERATIVA DOS PROPAGANDISTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O Diretor Presidente da **COOPROPE COOPERATIVA DOS PROPAGANDISTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, CNPJ 44.913.835/0001-08, Inscrição Estadual nº 1016037-03, com sede na Avenida Joaquim Pinto Lapa nº 1089, Santo Antônio, Carpina/PE, CEP 55814600, convida a presença de todo o quadro societário composto de (20) vinte cooperantes para comparecer em sua sede no dia 15/06/2024 com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h, para participar da **SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024** onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social, para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal, os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) Alteração estatutária. Carpina/PE, 04 de junho de 2024.

Mário Terêncio Albuquerque Cavalcante - CPF 976.139.324-00 -
Diretor Presidente.

Política de preços da Petrobras faz GNV ficar mais barato

A Naturgy informou, nesta segunda-feira, que as tarifas de gás natural estão reduzidas desde 1º de junho. Os clientes industriais e os de GNV são os mais beneficiados, com impacto estimado de cerca de 5%. A medida é decorrente da redução no custo de aquisição do gás natural fornecido pela Petrobras, anunciada com a nova política de preços. De acordo com as novas regras, há uma redução do valor da molécula de gás que ultrapassar 60% da quantidade contratada até o limite de 105% da mesma.

Com essa negociação entre Petrobras e Naturgy, o Rio de Janeiro será o primeiro estado brasileiro a ser beneficiado. Para ter validade, o termo aditivo de contrato precisava ter a aprovação da Agenersa – Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro. Por entender a importância dessa redução para a população, a agência homologou em caráter de urgência no último dia (29/05) para entrar em vigor já a partir de 1 de junho.

Para os clientes localizados na Região Metropolitana do Rio (Ceg), a tarifa foi reduzida em média de -1,97% para o segmento residencial (7m^3/mês); -2,04% para o comercial (400 m^3/mês); -5,15% para postos de GNV e de -4,92% para as indústrias (3Mm^3/mês). Para os clientes que moram no interior do Estado (Ceg Rio), a atualização é de -2,54% para residências (7m^3/mês), -5,38% para o comércio (400 m^3/mês), -5,38% para postos de GNV e -5,22% para indústrias (3Mm^3/mês).

Vantagens

O GNV é o combustível mais econômico, ao ser comparado com o etanol e a gasolina. Um carro popular, por exemplo, percorre 14 km com 1 m^3 de GNV, 7 quilômetros com 1 litro de etanol e 10 quilômetros com 1 litro de gasolina. É uma fonte de energia mais limpa e emite menos poluentes atmosféricos. Em média, o GNV apresenta uma redução de 20% a 30% na emissão de dióxido de carbono e de 90% de material particulado em comparação com a gasolina, auxiliando no combate às emissões de gases causadores do efeito estufa.

Atualmente, o Rio de Janeiro possui a maior frota de GNV do país, com 1,7 milhão de veículos leves convertidos e mais de 700 postos de combustível. A infraestrutura de abastecimento do GNV é confortável para o motorista e continua crescendo com novos postos sendo ligados todos os anos. Somente em 2023, 41 novos postos foram ligados no estado para ampliar ainda mais as opções ao motorista.

Coca-Cola continua como a marca mais presente nos lares

O relatório Brand Footprint 2024, lançado pela Kantar, revela a força da retomada do consumo dentro do lar em 2023. O estudo, que mede a presença das marcas de bens de consumo massivo dentro dos lares brasileiros, apontou a Coca-Cola como líder do ranking pelo 12º ano consecutivo. As top 5 marcas tiveram avanços recordes seja estando mais presentes, seja encontrando novos momentos para crescer (aumentando frequência) nos lares.

O volume de compras do brasileiro aumentou, atingindo o maior patamar no último trimestre do ano desde o pré-pandemia – foi registrado incremento de 20% no consumo dentro e fora do lar na comparação com o primeiro trimestre de 2020.

"Este novo relatório mostra a força da retomada do consumo no país. Cerca de 63% das marcas analisadas cresceram, com destaque para o avanço da penetração nos lares. O brasileiro gastou, em média, 14,6% a mais do que em 2022, a cada vez em que foi ao mercado, e as compras de abastecimento voltaram a ganhar espaço. Também notamos um importante avanço da classe DE, experimentando e se predispondo a comprar mais marcas", comenta Elen Wedemann, CEO da Kantar Worldpanel.

O Brand Footprint mede a presença das marcas dentro dos lares em escala local, através de uma métrica original batizada de Consumer Reach Point (CRP), que mensura quantas famílias estão comprando produtos de determinadas empresas e com que frequência isso ocorre.

Foi a primeira vez na história do estudo que as top 5 marcas do ranking avançaram tanto os CRPs. Só a líder Coca-Cola registrou 10% de crescimento em um ano. É a primeira vez que uma marca ultrapassa os 600 milhões de CRPs no Brasil.

As cinco marcas mais escolhidas pelos brasileiros continuaram as mesmas das últimas edições: Coca-Cola lidera, com 610 milhões de CRPs, um crescimento de 55 CRPs em relação ao ano anterior, seguida por Ypê, com 589 milhões de CRPs, um avanço de 37 CRP na comparação com o ranking anterior. Na sequência aparecem Perdigão, em terceiro, com 476 milhões de CRPs e um aumento de 33 CRPs; Italac com 464 milhões de CRPs e um surpreendente salto de 85 CRPs; e Seara com 442 milhões de CRPs (44 CRPs).

Entre as 50 marcas que mais se destacaram no ranking 2024, 17 grandes marcas souberam trabalhar a sua predisposição a mais compradores ao serem mais escolhidas (frequência) no momento da compra e cresceram por meio de submarcas ou subcategorias. Cinco dessas marcas cresceram por meio de ganho de novos compradores e 14 delas avançaram ao conquistar mais frequência e presença nos lares brasileiros.

Das 350 marcas do avaliadas no ranking, 99 cresceram CRPs, com mais presença nos lares. Dessas, 77% são consideradas pequenas e médias, com 5% a 30% de alcance nos lares, e 42% Premium. 40% dos CRPs foram alavancados pela classe AB, que estabilizou o número de marcas compradas, mas continuou fazendo rodízio de itens consumidos. Já a classe DE foi responsável por 17% do ganho em CRPs e incrementou a média de número de marcas compradas em 2, com maior percepção de promoção em canais ligados ao abastecimento.

Outras 51 marcas cresceram via frequência de compra, com destaque para supermarcas, como as do Top 5, que utilizaram a estratégia de diversificação do portfólio para conquistar mais espaço no carrinho de compras, como a quarta colocada Italac. A classe DE foi a que mais incrementou frequência (8%), com marcas de tier médio (45%). Cerca de 46% do ganho em CRPs via frequência de compras foi nas regiões Norte e Nordeste.

O comércio eletrônico teve grande destaque no segmento de bens de consumo massivo no ano passado, principalmente entre marcas que ganharam penetração. A pandemia foi o grande impulsionador desse canal, com compradores fiéis. Em 2019 sua penetração na cesta de consumo massivo era de 7,9% e em 2023 alcançou os 22,2%.

Em relação ao número de lares compradores, foram 13 milhões, sendo 640 mil novos em 2023 ante 2022, liderados pela classe AB no avanço da penetração (1,4 pontos percentuais), e pela classe C em sites/aplicativos de varejistas (1.5 p.p.). Houve mais recompra também em 2023: 47,9% compraram mais de uma vez no canal digital (9 p.p.).

No ranking deste ano, a Natura aparece na liderança, com 2,4 milhões de CRPs, seguida pela Coca-Cola, com 2,1 milhões de CRPs, e Ypê, com 1,5 milhões de CRPs, todos sem variação versus 2022. Em quarto lugar aparece a Brahma, com 1,5 milhões de CRPs, com uma variação de 13 no ranking, e em quinto a Italac, com 1,3 milhão de CRPs e variação de 1 no ranking.

A Kantar avaliou cerca de 350 marcas e visitou, semanalmente, 11.300 lares em sete praças (Norte/Nordeste, leste/interior do Rio de Janeiro, Grande Rio, Grande São Paulo, interior de São Paulo, Centro-Oeste e Sul). O estudo cobriu 82% da população domiciliar, o que equivale a 90% do potencial de consumo.

Já segundo levantamento do iFood, de 2023 para 2024, aumentou em 19% as pequenas e médias (PME) hamburguerias no aplicativo. Se considerar a entrada de novos estabelecimentos com foco nessa culinária, foram 3 mil novas lojas, sendo que 76% delas são PMEs.

Esse crescimento reflete a quantidade de pedidos de hambúrguer, que é o item mais vendido no aplicativo. Foram 81 milhões de pedidos em 2023, uma média de 154 por minuto. O horário de maior consumo tem sido aos fins de semana à noite.

As pequenas e médias empresas já são destaques em todas as categorias do aplicativo. Mais de 70% da base de restaurantes cadastrados no iFood é composta por essa segmentação.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:
Ficam convocados os acionistas da A!Bodytech Participações S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") no dia 13/06/2024, às 10:00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) deliberar sobre a alteração do vencimento das 2as e 3as emissões de debêntures da Companhia; b) deliberar sobre o cancelamento das debêntures das 2as e 3as emissões de debêntures da Companhia mantidas em tesouraria; c) autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias objeto da Ordem do Dia, incluindo a rescisão de quaisquer contratos mantidos junto à instituição depositária das ações de emissão da Companhia. A AGE ocorrerá de forma remota, por meio da plataforma "*Zoom*". Os acionistas que desejarem participar da AGE deverão solicitar o link de acesso à plataforma através do e-mail juridico.empresarial@bodytech.com.br. Rio de Janeiro, 03/06/2024. Alexandre Accioly - Presidente do Conselho de Administração.

SENDAS INVEST S.A.
CNPJ Nº 48.766.773/0001-00 / NIRE 33.3.0034658-9
CONVOCAÇÃO
Convidamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Rua Maria Soares Sendas, nº 111, loja 525, Venda Velha, Cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, CEP 25.581-325, no próximo dia 10 de junho de 2024, às 10 horas, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: (a) relatórios e contas dos administradores, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. São João de Meriti, 03 de junho de 2024. Arthur Antonio Sendas Filho – Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024 DA COOPCON-PI - COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS.
O Diretor Presidente da **COOPCON-PI - COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS**, CNPJ 47.620.930/0001-01, NIRE 22400011091, Inscrição Estadual 197250246, com sede na Rua Arlindo Nogueira nº 536, sala 203, Centro, Teresina/PI, CEP 6400-290, convida a presença de todo o quadro societário composto de (20) vinte cooperantes para comparecer em sua sede no dia 15/06/2024 com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024** onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) Alterações estatutárias. Teresina/PI, 04 de junho de 2024.
Rodrigo Saraiva Fernandes - Diretor Presidente - CPF 003.209.813-80.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024 DA COOPRONIT COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DOS PROPAGANDISTAS DE VENDAS
O Diretor Presidente da **COOPRONIT COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMÉRCIO VAREJISTA DOS PROPAGANDISTAS DE VENDAS,** CNPJ 45.005.489/0001-22, NIRE 33.40005838-1, Inscrição Estadual nº 12.352.840, com sede na Rua da Conceição 137/612, Centro, Niterói/RJ, CEP 24020-085, convida a presença de todo o quadro societário composto de (20) vinte cooperantes para comparecer em sua sede no dia 15/06/2024 com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024** onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social, para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal, os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) Entrada e saída de associados, (2) Alteração estatutária e (3) Candidatura eleição e posse para cargos vacantes. Rio de Janeiro/RJ, 04 de junho de 2024.
Marco Aurélio Bastos Collares –
Diretor Presidente – CPF 018.919.647-55.

LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA S.A.
CNPJ: 14.863.121/0001-71
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convocamos os Acionistas para participar da assembleia extraordinária da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., a realizar-se de forma virtual, no dia 26 de junho de 2024, às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Deliberar, de acordo com a aprovação do Conselho de Administração sobre o aumento do capital social autorizado no valor de R$49.734.600,00 (quarenta e nove milhões, setecentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais), nos termos da letra "f", item 6.2. do Acordo de Acionistas. **2.** Deliberar pela reforma do Estatuto Social, especificamente, o artigo 5°, para alterar o capital autorizado até o montante de R$49.734.600,00 (quarenta e nove milhões, setecentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais), nos termos da letra "a", item 6.2. do Acordo de Acionistas. **3.** Autorizar os Administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários para efetivar e operacionalizar as deliberações.
Rebecca Oliveira Xavier Santos
Presidente do Conselho de Administração

BANCO CÉDULA S/A CM)] n° 33.132.044/0001-24
CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL CONJUNTA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 14 DE JUNHO DE 2024
0 Conselho de Administração do Banco Cédula S/A, usando das atribuições que lhe conferem a Lei e o Estatuto Social convoca os Srs. Acionistas para a Assembleia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede na R. Gonçalves Dias, 65/67 -4º andar, no dia 14/06/2024 as 11h, em substituição a convocação anterior datada de 19, 20 e 23/04/24, tornando-a sem efeito, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I- AGO: a)**Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023; **b)** Eleição da nova composição dos novos Membros da Diretoria e do Conselho de Administração, **II- AGE: a)**Fixação da remuneração global dos Administradores; **b)**Alteração do Estatuto Social arts 9°-§10, 130-§20 e 32-Inciso III;**c)**Assuntos gerais. RJ, 04/06/2024. Jacques Claudio Stivelman - Presidente do Conselho em exercicio.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024 DA COOPCOERJ COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS
O Diretor Presidente da **COOPCOERJ COOPERATIVA DE CONSUMO E DO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS,** CNPJ nº 43.487.017/0001-28, Inscrição estadual nº 12.214.820, NIRE nº 33.4.0005825-9, com sede na Rua Miranda Valverde 64, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22281-000, convida a presença de todo o quadro societário composto de (20) vinte cooperantes para comparecer em sua sede no dia 15/06/2024 com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h, para participar da **SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024** onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social, para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal, os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: (1) Alteração estatutária. Rio de Janeiro/RJ, 04 de junho de 2024.
Rodolfo Brandão Crivella – Diretor Presidente – CPF 952.795.127-53.

Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo
CNPJ nº 33.254.319/0001-00 – NIRE 33.300.316.906
Ata da Reunião da Diretoria realizada em 7.3.2024
Aos 7 dias do mês de março de 2024, às 17h, reuniram-se, na sede social, Rua Senador Dantas, 61, 2º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-202, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor José Ramos Rocha Neto, que convidou o senhor João Carlos Gomes da Silva para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram: 1) o pedido de renúncia formulado pelo senhor Antonio José da Barbara ao cargo de Diretor Gerente, em carta de 2.2.2024, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito;
....
....
Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) José Ramos Rocha Neto, João Carlos Gomes da Silva, Oswaldo Tadeu Fernandes, Clayton Neves Xavier e Vinicius Urias Favarão. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo. aa) José Ramos Rocha Neto e Vinicius Urias Favarão. Certidão: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Banco Losango S.A. - Banco Múltiplo. NIRE: 33.300.316.906. Certifico o arquivamento em 2.5.2024 sob o número 00006215511.

E-commerce: momento, diferenciais e uso de dados

Por Jorge Priori

Conversamos sobre e-commerces com Alessandro Gil, VP da Wake, unidade de negócio da LWSA, antiga Locaweb, focada em soluções digitais para médias e grandes empresas.

O que faz a Wake?

A LWSA sempre foi muito voltada para o empreendedor, sendo que boa parte dos seus mais de 600 mil clientes são pequenos empreendedores que montaram seus negócios e fazem a hospedagem dos seus sites. Nesse processo de digitalização de varejo, a companhia tinha duas plataformas: a Bagy, que é uma plataforma de entrada para as empresas que estão começando, e a Tray, que é uma plataforma intermediária que possui um pouco mais de features, sendo ela indicada para empresas que estão um pouco mais preparadas, que já fazem as suas campanhas de marketing e que já têm algum tipo de integração.

Em 2021, a LWSA decidiu entrar no mundo de empresas maiores, onde, basicamente, não estava até então. Assim surgiu a Wake, que é uma unidade de negócio da companhia dedicada a médias e grandes empresas. A Wake é uma plataforma tecnológica que olha a jornada inteira de compra, ajudando o varejista a digitalizá-la, e que também ajuda na geração de demanda, fazendo todo o transacional, incluindo a operação físico-digital, e o trabalho de retenção, ou seja, no entendimento de quem é o consumidor e na retenção desses clientes na base.

Como você avalia o atual momento do e-commerce brasileiro?

Durante a pandemia, o comércio eletrônico tomou uma proporção muito grande, quando muitas pessoas tiveram que adotá-lo como o único canal de compras por um tempo considerável, o que fez com que o hábito fosse criado. Posteriormente, quando a pandemia acabou, as pessoas ficaram com vontade, eu brinco, de cheirar produtos. Isso fez com que depois da retomada, houvesse uma queda maior do que se esperava no comércio eletrônico. Por exemplo, se olharmos o GMV (Gross Merchandise Volume), em 2023 ele teve um decréscimo comparado a 2022, quando a pandemia já havia acabado.

Agora, nós estamos tendo um crescimento, pois o maior bem das pessoas é o tempo. Num cenário otimizado, as pessoas entenderam que conseguem comprar online e receber em casa, e que faz parte do seu entretenimento familiar ir a uma loja física para aproveitar a experiência de compra. Olhando para isso, os próprios varejistas foram entendendo aos poucos que essa experiência tinha que ser a mais sem fricção possível e que o online e o offline tinham que ser os mais parecidos possíveis em aspectos como configuração de loja, disposição de produtos, tratamento do consumidor e gestão de troca. Com relação à troca, o mercado tem discutido muito como aproveitá-la para fazer dela um ponto de contato, tirando a sua fricção.

Além disso, como se fala que dados são o novo petróleo, há uma corrida dos varejistas para terem os dados mais apurados dos consumidores. Como as suas visitas estão mais escassas, o que faz delas mais importantes, é fundamental que os varejistas as aproveitem para converter os consumidores, mas isso só acontece se eles os conhecerem melhor.

Há também outro movimento em que os varejistas maiores estão aproveitando esses dados para rentabilizá-los. O retail media é o termo do momento, com muitos varejistas aproveitando para monetizar e vender suas audiências para a indústria. Assim, um mercado tão sofrido como o varejo começa a encontrar formas, usando dados e audiências, para monetizar e rentabilizar suas operações.

Hoje, o que faz a diferença entre o sucesso e o fracasso de um e-commerce?

Essa pergunta é ótima. É preciso vender um produto criando vínculo com o consumidor, seja pelo atendimento, conteúdo, posicionamento ou pela própria marca, afinal de contas, empreendedores pequenos também criam suas marcas. Se você não está nesse lado do jogo, o sucesso vai estar em vender através de marketplaces. Hoje, os grandes marketplaces são o que chamamos de shoppings destination. Eles fornecem credibilidade, pois por mais que a venda seja feita por um seller, é o marketplace que chancela a compra.

Eu acredito muito em construções de marcas. Nós temos o exemplo da Pura Vida, que foi comprada pela Nestlé. Seu fundador era um pequeno empreendedor que começou a contar uma história diferente dos seus produtos e encheu a loja de conteúdo, o que chamou a atenção da Nestlé, que fez a sua aquisição.

Se você está construindo a sua marca, construa ela de uma maneira bem feita. Marcas puramente digitais, que contam uma história legal dos produtos, têm boas fotos e que usam bem influenciadores, criam uma conexão com o consumidor. Como, de uma maneira geral, os produtos médios possuem uma diferença muito pequena de qualidade, o que faz o consumidor escolher entre dois produtos é esse vínculo e o poder das marcas.

No começo do ano, a PwC publicou um estudo que dizia que cerca de 30% das pessoas topariam pagar até 10% a mais por um produto se a marca estiver vinculada aos seus valores. A construção de uma marca não se dá por um logo bonitinho, e sim por uma história que é contada por trás, o que pode ser transcrito num site bem feito, bem estruturado e que tem uma logística bem feita. Agora, se a empresa só move caixas e quer volume, um marketplace é fundamental.

Na sua opinião, quais são os principais erros cometidos por um e-commerce?

Com relação às empresas menores, o maior erro é fazer um sitezinho com poucas informações, sem contar muito sobre os produtos, sem capricho nas fotos e sem deixar as possíveis perguntas do consumidor respondidas.

Com relação às empresas maiores, o maior erro é não usar o máximo que a omnicanalidade pode fazer pelo seu site de comércio eletrônico. Por exemplo, quando se fala em rede de franquias, ainda existe um potencial muito grande a ser explorado tendo os franqueados como potenciais pontos de estoque e de interação com o consumidor.

Você gostaria de acrescentar algum ponto à nossa conversa?

Existem dois pontos que eu gostaria de ressaltar. O primeiro é que não importa o tamanho da empresa, a tecnologia está democratizada e acessível, mas ela é muito mal explorada. Como eu costumo ir a eventos de varejo nos Estados Unidos há muito tempo, eu via que existia algo parelho entre os dois mercados, mas, de três anos para cá, tem havido uma diferença enorme de execução, não só dos pequenos varejistas, mas dos grandes também.

Lá, eles estão olhando muito mais os dados, sabendo muito mais quem são os clientes. Por exemplo, eu vi o CEO da Neiman Marcus dizendo que 2% das suas marcas são responsáveis por 80% do seu faturamento, e o CEO da Macy's dizendo que quando ele fecha uma loja física, ele perde 20% da receita do e-commerce naquela região. Aqui, muito provavelmente, muitos CEOs, caso sejam perguntados sobre esses aspectos, não vão saber respondê-los.

No Brasil, não importa se o tamanho é pequeno, médio ou grande, ainda falta um primeiro passo para se implementar a tecnologia que ajude, pois ela é vista como custo, e não como investimento. Não importa se você vai fazer comigo ou com outra empresa, a tecnologia está aqui para ajudar, está acessível, mas é subutilizada.

O segundo ponto é que os dados são cada vez mais importantes para que a operação seja rentável. Como adquirir um cliente é muito caro, à medida em que você o conhece melhor, se comunica direito, manda um e-mail certo, na hora certa e com conteúdo relevante para a pessoa certa, e compra a mídia corretamente porque tem dados e identifica isso, há uma mudança significativa no resultado final em termos de receita e de lucratividade.

Divulgação Wake

Alessandro Gil

Fundos multimercados despencaram

Cenários adversos nos últimos anos influenciaram a queda

Os fundos de investimentos registraram captação líquida positiva de R$ 40,1 bilhões no mês de abril. No ano, o acumulado em volume foi de R$ 150,8 bilhões. Entre os ativos, porém, a classe de fundos multimercados perdeu R$ 12,3 bilhões de recursos, representando em um ano queda de R$ 41,3 bilhões.

Os dados são da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) mostraram que Ana Paula Carvalho, planejadora financeira e sócia da AVG Capital, explica que não só nos últimos meses, mas também nos últimos anos o desempenho dos fundos multimercados frustrou as expectativas do investidor.

“Tivemos alguns fatores que ocorreram nesse período que não favoreceram essa classe de fundos. Passamos por cenários adversos nos últimos quatro anos, quando a partir de 2020 passamos por uma pandemia, uma situação que, com certeza, não estava prevista por economistas, gestores de fundos ou nenhum modelo matemático. Tal crise ocasionou perdas consideráveis em vários fundos diante de tantas incertezas, com a desvalorização no mercado de ações, forte abertura da curva dos juros futuros, aumento dos spreads de crédito nos papeis privados e desvalorização do real”, diz Ana Paula.

A planejadora financeira explica que, no ano seguinte, a inflação passou dos 10%, o que fez com que o Banco Central subisse as taxas de juros ao patamar de dois dígitos, chegando em 2022 a 13,75%. “Além desses fatores, ainda tivemos um ponto muito importante que foi a elevação das taxas de juros nos EUA, impactando negativamente a atratividade de ativos de risco, que inclui os do Brasil”, explica.

Kaique Fonseca, economista e sócio da A7 Capital, concorda que o ano está difícil não só para os fundos multimercado. Segundo ele, dos principais indicadores do mercado, apenas o dólar está superando o CDI. Todas as outras grandes classes, mesmo as de renda fixa, estão tendo rendimentos aquém. “Geralmente nesses momentos de mercados complexos, os fundos multimercados podem ser alternativas interessantes. Isso porque, diferentemente de gestores de renda fixa ou de ações, os fundos multimercados têm mais liberdade de gestão, podendo operar contra o mercado, mas não é isso que estamos vendo em 2024, vide IHFA com prejuízo neste ano”, comenta.

Para Fonseca, o ano está decepcionante, pois a maioria dos agentes de mercado estavam otimistas de que os juros americanos começariam a cair, impactando nos juros do mundo todo, inclusive no Brasil, e não foi o que aconteceu. “

O início de corte de juros por parte do FED (banco central dos EUA) que o mercado esperava iniciar em março ficou para o final do ano. Como juros americanos é o principal ativo do mundo, parte do capital dos investidores mundo afora continuou em renda fixa em dólar, deixando de lado ativos de risco”, explica. Em meio a esse cenário, o economista não vê com otimismo o desempenho da classe de fundos multimercados neste ano.

“Acreditamos que será um ano difícil, dado a mudança na condução de política monetária por parte do FED e, consequentemente, no Brasil. Isso porque há pouca distorção de curto prazo. Acredito que tanto a bolsa, quanto ativos de renda fixa, principalmente os de risco soberano, estão em patamares atrativos no longo prazo, mas no curto prazo não acredito que haja muitas oscilações atrapalhando”, acrescenta.

Entre as oportunidades, Fonseca aponta que no geral estão se destacando os multimercados voltados ao mercado internacional. Isto porque, mesmo em meio a juros mais altos, as bolsas americanas ainda performam bem. S&P500, Doe Jones e Nasdaq sobem 11,18%, 6% e 11,16% no ano. “A subclasse de multimercado que está se destacando é a de investimentos específicos, o que não nos ajuda a tirar nenhuma conclusão, e os voltados ao mercado internacional”.

Cassiana Garcia, planejadora financeira CFP e sócia-fundadora da The Hill Capital, por outro lado, explica que, com a queda da Selic, os investidores se depararam com um cenário de rendimentos menores na estratégia de Renda Fixa, o que faz os investidores buscarem alternativas de melhores rendimentos. “Logo os fundos multimercado tendem a apresentar um potencial de retorno maior pela facilidade que o gestor tem de diversificar os recursos globalmente e, com isso, abstrair melhores resultados na carteira, por poder acessar todos os mercados”, diz.

Ela recomenda sempre ao investidor buscar orientações com seu assessor de investimentos. Mas, para ela, a estratégia de fundos multimercados pode ser equilibrada entre si, buscando uma descorrelação das estratégias, e respeitando o perfil de cada investidor. “Hoje na The Hill Capital recomendamos alocar nessa estratégia até 7,5% para o perfil conservador, 13,5% para o perfil moderado e até 17,5% para o perfil arrojado”, completa.

Tipos de fundos

Entre os tipos de fundos multimercado, Lis Grassi, especialista em mercado de capitais e sócia da Matriz Capital, destaca os fundos do setor infra, o FI Infra, que é um fundo que investe no setor de infraestrutura.

“O governo entende que infraestrutura é essencial para o desenvolvimento econômico do país porque normalmente investe em projetos como concessão de rodovias, aeroportos, distribuição de energia, etc. Esses fundos geralmente investem em debêntures e incentivadas e isso aí dá uma isenção para o investidor no imposto de renda porque se está contribuindo para o desenvolvimento econômico do país. Então, esses fundos são isentos de imposto de renda. É uma forma de investir em fundo multimercado sem ter essa tributação”, comenta.

Operação entre Fundação Ouro Branco e cooperativas Unimed é impugnada

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (SG/Cade) remeteu para análise do Tribunal Administrativo da autarquia a operação referente à aquisição, por três cooperativas do Sistema Unimed (Unimed Conselheiro Lafaiete, Unimed São João Del Rei e Unimed Inconfidentes), do controle externo da Fundação Ouro Branco (FOB).

A decisão de impugnar o ato de concentração (AC) foi divulgada por meio de despacho publicado no Diário Oficial da União nesta segunda-feira. O tribunal da autarquia avaliará caso, mas não foi informado uma data para o desfecho do caso.

A FOB integra o Grupo Gerdau e tem equipamentos de saúde instalados nos municípios de Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete e Jeceaba, em Minas Gerais. Em Ouro Branco, a FOB conta com um hospital geral e um laboratório de apoio a serviços diagnósticos. Em Conselheiro Lafaiete, possui um centro médico e um laboratório e, em Jeceaba, apenas um centro médico.

O ato de concentração propiciaria integrações verticais que abarcariam a oferta de planos de saúde pelas cooperativas do Sistema Unimed e os serviços médico-hospitalares da FOB – hospital geral da FOB em Ouro Branco, centro médico da FOB em Conselheiro Lafaiete e Jeceaba e os serviços de apoio à medicina diagnóstica da FOB em Conselheiro Lafaiete e em Ouro Branco.

A instrução processual concluiu que foram identificados capacidade e incentivos para fechamento, tanto do insumo quanto do mercado consumidor, nas integrações verticais envolvendo planos de saúde no hospital geral e no serviço de apoio à medicina diagnóstica em Ouro Branco. Para os dois casos, a nota técnica elaborada pelo Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade confirmou, com o suporte da metodologia da aritmética vertical, a presença de incentivos para a efetivação de fechamento.

Justificativa

Com o fechamento do mercado de hospitais-gerais para operadoras de planos de saúde concorrentes, os beneficiários de operadoras de planos privados de assistência à saúde (OPS) rivais não conseguiriam ter acesso ao hospital e ao laboratório em Ouro Branco, considerados os melhores da região. Além disso, há o risco da Unimed descredenciar hospitais e laboratórios concorrentes da FOB. Como o Sistema Unimed é o principal ofertante de planos de saúde na região, um descredenciamento seria prejudicial a esses concorrentes, que teriam menos possibilidade de concorrer com o hospital e laboratório da FOB.

De acordo com a SG/Cade, a alternativa por remédios não seria capaz de sanar os potenciais prejuízos da operação ao ambiente concorrencial. Isso porque a imposição de remédios representaria elevado ônus tanto para a autoridade antitruste quanto para as requerentes, sem restaurar as condições do ambiente concorrencial presentes no cenário pré-operação.

Considerando esses fatos, a SG concluiu pela impugnação, com recomendação de reprovação. Com a remessa do ato de concentração para o Tribunal Administrativo do Cade, o processo será distribuído a um(a) conselheiro(a)-relator(a), que ficará responsável pela condução do caso e, posteriormente, o levará para julgamento pelo colegiado.

Empresa aérea mexicana encomenda 20 jatos à Embraer

A Mexicana de Aviación, companhia aérea estatal do México, fez um pedido de 20 jatos E2 da Embraer (NYSE: ERJ; B3: EMBR3). O acordo inclui 10 jatos E190-E2 assim como 10 jatos E195-E2 com entregas previstas para o segundo trimestre de 2025. A companhia aérea vai configurar o E190-E2 com 108 assentos e o E195-E2 com 132 – ambos em classe única.

A companhia aérea Mexicana de Aviación iniciou suas operações em 26 de dezembro de 2023, com uma frota de 5 aeronaves. De acordo com a Embraer, a Mexicana será a primeira operadora dos jatos E2 no México e irá se beneficiar dos baixos custos operacionais e da eficiência de combustível dessas aeronaves, reforçando o compromisso da companhia aérea e da Embraer com a sustentabilidade e em promover uma aviação mais eficiente.

Com essa decisão estratégica, a Mexicana irá crescer e modernizar a sua frota, fortalecendo a conectividade doméstica e internacional para oferecer viagens acessíveis e confortáveis aos seus clientes, com os mais elevados padrões de segurança e de serviço.